











MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ÁREA DE OPERAÇÕES RODOVIÁRIAS
SETOR DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DE TRÂNSITO

PROCEDIMENTOS PARA OCUPAÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIAS FEDERAIS POR ADUTORAS / TUBULAÇÃO DE GÁS / OLEODUTOS / ESGOTOS E SIMILARES

NORMA TÉCNICA	 Instrução de Serviço nº 7 / DNIT / 2008, de 19/05/2008.
BASE LEGAL	 “Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do DNIT”, 2008;
	 Instrução de Serviço PG nº 003/DNIT, publicada no BA nº 18, de 05 à 09/08/2002;
	 Memorando Circular nº 20/DG/DNIT, de 19/08/2002;
	 Portaria nº 302/DNIT, de 20/08/2002;
	 Resolução nº 11 / Conselho Administração DNIT, de 27/03/2008;
	 Portaria nº 524/DNIT, de 19/05/2008;
	 Portaria nº 529/DNIT, de 21/05/2008.

1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO REQUERENTE

- Pedido de habilitação ao Superintendente Regional do DNIT / Supervisor de Operações do DNIT / Supervisor da Unidade Local do DNIT (nomes, endereços e telefones em anexo); poderá ser utilizado o modelo de pedido em anexo;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor (registrado no órgão competente);
- Prova de inscrição no CNPJ/MF, dentro do prazo de validade;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor das Varas Cíveis da Comarca da Sede do Requerente;
- Ato designativo dos representantes legais do Interessado, com as devidas comprovações;
- Documentação do Representante Legal (Carteira de Identidade e CPF/MF);
- Cópia do contrato de concessão, permissão ou autorização de prestação de serviço firmado com o poder outorgante;
- Comprovante de Depósito Bancário (GRU) da Tarifa de Avaliação da Viabilidade (TAV) - Portaria nº 524 (19/05/2008) - Ficam dispensados da TAV os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sempre que a ocupação requerida seja para uso próprio dentro da sua área atuação e competência. A GRU deverá ser previamente solicitada à Área de Operações Rodoviárias do DNIT/SC, através do telefone (48) 3229-1755 / 3229-1753. O valor atual é de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

- Projeto Básico da Ocupação, que deverá ser apresentado em 3 (três) vias impressas e em meio digital, que deve ser entregue em CD-ROM, protegido por caixa plástica e com identificação detalhada de seu conteúdo; os arquivos deverão vir no formato AUTOCAD 2007 (ou versões anteriores); o projeto deverá conter o detalhamento necessário para a efetivação de cálculo de área de ocupação (especificar se é uma nova ocupação ou se trata de ampliação, recuperação ou melhoria):
 - ✓ limites das faixas de domínio e área “non aedificandi” cotados em relação ao eixo da via de transporte de acordo com a sua quilometragem em relação ao PNV, acompanhados dos memoriais descritivo, de cálculo, e se necessário justificado;
 - ✓ traçado;
 - ✓ seções transversais;
 - ✓ perfil longitudinal com lançamento de interferências em escala adequada quando se tratar de canteiro central;
 - ✓ apresentação do prazo de execução dos serviços;
 - ✓ apresentação de ART-CREA dos serviços a serem executados
- Os projetos deverão ser desenvolvidos através de levantamentos topográficos cadastrais atualizados e integrados no Sistema de Coordenadas Oficiais da via de transportes ou outros bens públicos. Caso não haja disponibilidade desse sistema, no local a ser trabalhado, o Interessado ou a Permissionária deverá providenciar, às suas expensas e sob sua responsabilidade técnica, o transporte dessas coordenadas referenciadas em UTM (sistema de projeção cartográfica) a partir de uma rede básica oficial mais próxima. Os pontos definidos deverão ser intervisíveis e materializados através de marcos de concreto. Todas as memórias de cálculo e as monografias dos pontos definidos em coordenadas UTM reduzidas ao plano topográfico, deverão ser disponibilizadas ao DNIT em dispositivo de mídia digital.

2. ANÁLISE DE VIABILIDADE

- Realização, pela Supervisão Local (SL), de vistoria preliminar com informações sobre a situação do local; deverá ser utilizado o formulário que consta no Sistema de Gestão de Faixa de Domínio (modelo em anexo);
- Identificação, em cópia do projeto geométrico da rodovia, do trecho pretendido de ocupação;
- Parecer técnico da Área de Operações Rodoviárias do DNIT/SC;
- Parecer conclusivo da Supervisão da Unidade Local;
- Análise jurídica da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/SC;

3. APROVAÇÃO DO PROJETO E DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- Apresentação de todas as licenças necessárias à realização das obras e operação das instalações, expedidas por entidades Federais, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal. Incluem-se aqui as licenças ambientais pertinentes;
- Comprovante do Depósito Bancário referente ao pagamento da Tarifa de Exame de Projeto – TEP - Portaria nº 524 (19/05/2008) - Ficam dispensados da TEP os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sempre que a ocupação requerida seja para uso próprio dentro da sua área de atuação e competência. A GRU deverá ser previamente solicitada à Área de Operações Rodoviárias do DNIT/SC, através do telefone (48) 3229-1755 / 3229-1753. O valor atual é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

- Cálculo dos valores de remuneração pela ocupação da faixa de domínio (pela Área de Operações Rodoviárias do DNIT/SC); mostra-se, em anexo, a nota técnica sobre a metodologia e um protótipo de cálculo;
- Aprovação do projeto e da celebração de contrato pelo Superintendente Regional do DNIT/SC; deverá ser utilizado o modelo de Portaria de Aprovação de Projeto em anexo.

4. DOCUMENTAÇÃO DE CONTRATO

- Apresentação, pelo requerente, de todas as licenças necessárias à realização das obras e operação das instalações, expedidas por entidades federais, estaduais e municipais; incluem-se aqui as licenças ambientais pertinentes;
- Informações quanto a verificação positiva de cadastramento no SICAF, CADIN e CAUC / Regularidade SIAFI (Lei 8.666/93, capítulo III, art. 55, item XIII): Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa da Previdência Social;
- Parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/SC quanto a inexigibilidade de licitação;
- Declaração de Inexigibilidade de Licitação pela Chefia de Serviço e Ratificação pela Superintendência Regional do DNIT/SC;
- Publicação no DOU da Declaração de Inexigibilidade de Licitação;
- Elaboração de minuta de Contrato de Permissão Especial de Uso pela Área de Operações Rodoviárias do DNIT/SC;
- Visto e conferência da minuta de Contrato pela Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/SC;
- Emissão da GRU com os valores a serem pagos pela ocupação da faixa de domínio (em parcela única anual ou em 4 parcelas trimestrais);
- Assinatura do Contrato;
- Publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União;

5. AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

- Emissão, pelo Superintendente Regional / Supervisor da Unidade Local, de Autorização para Ocupação de Faixa de Domínio (modelo de Ordem de Início dos Serviços em anexo);

6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA OCUPAÇÃO

- A Permissionária deverá encaminhar relatório mensal do andamento das obras;
- Controle dos pagamentos efetuados;
- Após a conclusão das obras e/ou serviços de implantação, a Superintendência Regional, através do técnico responsável pelo trecho, deverá emitir “Termo de Aceitação da Obra”; A SL deverá emitir um laudo de vistoria, atestando a execução da obra de acordo com o projeto aprovado;
- Concluídas as obras de implantação, a Permissionária entregará ao DNIT no prazo máximo de 120 dias o Projeto Definitivo - “As Built” - em três vias no formato A3, acompanhado de mídia eletrônica com todos os elementos de ocupação georreferenciados, com identificação planialtimétrica.